

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/20776	26906/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCT - DC [APOIOS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Associação Cultural e Recreativa Os Bravos da Boa Luz

A **Associação Cultural e Recreativa Os Bravos da Boa Luz** devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 339/2019, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»

- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do



Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;

- Tal como predisposto no Despacho n.º 8132/2024 publicado no Diário da República a 22 de julho de 2024, aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 21 de junho de 2024, sob proposta da Câmara Municipal de 29 de abril de 2024, que procede à alteração e republicação n.º 4626/2022, de 20.04, e alterado pelo Despachos n.º 12033/2022, de 13.10, e n.º 8834/2023, de 30.08;

- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 8132/2024, de 22/07 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;

- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;

- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:

a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º

b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;

c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;

d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.

- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.

- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;

- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;



- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 339/2019, com os respetivos dados devidamente atualizados;

b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada 2025-E-RC-15739, para a realização das atividades associadas “Marchas e Festividades de Santo António”, acompanhado do plano da entidade e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;

c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa, nos termos do disposto no n.º 1;

d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e /ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a suprarreferida é uma entidade, constituída em 2004, e tem por objeto, “Atividades culturais, recreativas e desportivas destinadas aos seus associados” e “Atividades que visam manter e dar continuidade às tradições dos moradores da zona urbana do Campo das Hortas”. Saliente-se que a associação tem um papel fundamental na promoção e divulgação do património cultural local, nomeadamente das tradições associadas à celebração da religiosidade popular em honra a Santo António. Esta iniciativa, de carácter singular, realiza-se anualmente e encontra-se impregnada pelo objetivo de valorização da tradição cultural e da memória coletiva, assumindo-se igualmente como um projeto comunitário que procura a colaboração e a participação ativa da população e a promoção da cidadania ativa. Refira-se que a celebração dos santos populares são uma manifestação cultural profundamente enraizada ao nível local assumindo especial



relevância na consolidação identitária e no sentimento de pertença da comunidade. De salientar, ainda, a importância da preservação desta prática cultural e suas dinâmicas associadas, que além de representarem a celebração de um período festivo característico da cultura popular portuguesa, contribuem para a valorização, divulgação e defesa do património cultural, promovendo uma oferta cultural e o reforço da atratividade turística do território.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Propõe-se para a apreciação do Executivo Municipal, a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **7.000,00** euros, com a Associação Cultural e Recreativa Os Bravos Da Boa Luz, pessoa coletiva n.º 513 339 990, com sede na Avenida São Miguel O Anjo, n.º 17, 4700-443 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



CONTRATO DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante, e

Associação Cultural e Recreativa Os Bravos da Boa Luz, pessoa coletiva n.º 513 339 990, com sede na Avenida São Miguel O Anjo, n.º 17, 4700-443 Braga, neste ato representado por José do Egípto Gomes da Silva, na qualidade de presidente da direção, adiante designado como Segundo Outorgante.

É celebrado o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.^a
Objeto do Contrato

1. Constitui objeto do presente contrato a atribuição de apoio financeiro para a realização das atividades associadas às **"Marchas e Festividades de Santo António"** do Segundo Outorgante, a realizar no Município de Braga, nos termos da candidatura apresentada pelo Segundo Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA 2.^{a1}
Apoio Financeiro

1. O Segundo Outorgante apresentou um plano de atividades anual que engloba um investimento total de **12.070,00** euros.

2. Pelo presente contrato, o Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante, um apoio financeiro, no montante total de **7.000,00** (sete mil) euros, apoio esse que será pago em três prestações:

- a) Uma prestação inicial que corresponderá a 40% do montante total do apoio financeiro atribuído;**
- b) Uma segunda prestação que corresponderá a 40% do montante total do apoio financeiro atribuído, mediante a entrega de um relatório parcial de execução física e financeira das atividades programadas até à data, e a sua análise pelos serviços da Divisão de Cultura;**
- c) Uma terceira prestação que corresponderá a 20% do montante total do apoio financeiro atribuído, mediante a apresentação de um relatório final de execução física e financeira das atividades e a sua análise pelos serviços da Divisão de Cultura.**

¹ Aplicável só no caso de apoio financeiro

3. O apoio financeiro referido no número anterior, destina-se exclusivamente a suportar os encargos/custos contemplados no pedido/orçamento apresentado pelo Segundo Outorgante, e ora anexo.
4. A comparticipação financeira identificada no número 1 não poderá ser proporcionalmente aumentada em função do custo real da execução do projeto.

CLÁUSULA 3.^a **Indicadores do Projeto**

No âmbito das atividades objeto do presente contrato são definidos os seguintes indicadores: realização, pelo Segundo Outorgante, das atividades associadas às “Marchas e Festividades de Santo António”, com indicadores aferidos no número de atividades realizadas e diversidade de públicos-alvo, condições de acessibilidade, número de adesão de participantes, espetadores e visitantes nas atividades, alcance e visibilidade das iniciativas, inovação e eficácia do plano de comunicação. A realização das iniciativas será concertada com o Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 4.^a **Obrigações do Segundo Outorgante**

No âmbito do presente contrato, o Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Afetar a comparticipação financeira exclusivamente aos fins constantes da Cláusula Primeira.
- b) Assegurar uma estreita colaboração com o Primeiro Outorgante tendente ao correto acompanhamento e execução deste contrato e, em especial, à garantia do cumprimento dos princípios de boa gestão financeira;
- c) Apresentar os relatórios (parcial e final) com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos comprovativos da execução física e financeira, relatórios esses que são condição indispensável para efetuar os pagamentos pelo Primeiro Outorgante;**
- d) O relatório final deve ser submetido até 30 dias após a sua conclusão;**
- e) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- f) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- g) Publicitar a atividade objeto do presente contrato fazendo referência ao apoio do Município, através da menção expressa, “Com o apoio do Município de Braga”, e inclusão do respetivo logótipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- h) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato, nomeadamente: requisitos técnicos e logísticos inerentes à realização das atividades contratualizadas;
- i) Caso tal seja exigível e aplicável, responsabilizar-se pela obtenção da licença de representação das atividades dos eventos junto da Inspeção-Geral das Atividades Culturais

e suportar o pagamento, junto da Sociedade Portuguesa de Autores, dos direitos de autor associados às atividades dos eventos;

- j) Respeitar todas as normas aplicáveis em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

CLÁUSULA 5.ª

Exclusão de Responsabilidade

1. O Segundo Outorgante responde pela culpa ou pelo risco, nos termos da Lei Geral, por quaisquer danos causados no exercício da atividade incluída no objeto do contrato, respondendo ainda, nos termos em que o comitente responde pelos atos do comissário, pelos prejuízos causados por terceiros.
2. Quaisquer obrigações assumidas pelo Segundo Outorgante decorrentes do exercício da sua atividade, designadamente com a contratação de financiamentos bancários e/ou dívidas contraídas a terceiros serão da sua exclusiva responsabilidade, não podendo ser imputada, seja a que título for, qualquer responsabilidade ao Primeiro Outorgante.
3. O Segundo Outorgante será o único responsável pela reparação e indemnização de todos os prejuízos sofridos por terceiros, incluindo o próprio Primeiro Outorgante.
4. O Segundo Outorgante compromete-se a dar conhecimento do disposto no número anterior às entidades financiadoras e/ou a terceiros com quem decida contratar, assumindo toda e qualquer responsabilidade pelo incumprimento desta obrigação.
5. O Segundo Outorgante responderá pela incorreta aplicação da comparticipação financeira perante o Primeiro Outorgante e entidades inspetivas.

CLÁUSULA 6.ª

Transmissão da Posição Contratual

É proibida ao Segundo Outorgante a cessão da posição contratual.

CLÁUSULA 7.ª

Direção e Fiscalização da Execução do Contrato

1. Os poderes de direção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pelo Primeiro Outorgante, nos termos do disposto nos artigos 303.º a 305.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Para efeitos da concretização dos poderes de direção e fiscalização do modo de execução do contrato o contraente público será representado pelo Gestor do Contrato e seu substituto, nos quais foram delegadas:
 - a) A competência para a emissão de ordens, diretivas ou instruções, bem como para proceder à notificação prevista no art.º 325.º do CCP para que o Segundo Outorgante cumpra, em prazo fixado para o efeito, todas as obrigações emergentes do contrato.
 - b) A competência para decidir sobre a verificação da existência de uma impossibilidade temporária de cumprimento do contrato que determina a suspensão do prazo (nos termos do

disposto no art.º 297.º do CCP) e sobre a respetiva retoma logo que cessem as causas que determinaram a suspensão (nos termos do disposto no art.º 298.º do CCP).

2. O Gestor do Contrato ou seu substituto, no exercício das funções de fiscalização será responsável pela medição e a avaliação dos níveis de desempenho exigidos, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 290º-A do CCP.

CLÁUSULA 8.ª **Incumprimento, Rescisão e Sanções**

1. Caso o Segundo Outorgante não cumpra, de forma exata e pontual, as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, o Primeiro Outorgante notifica-o para cumprir, dentro de um prazo razoável para o efeito, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou deixe de se verificar o interesse público subjacente à atribuição do apoio aqui em causa.

2. O incumprimento do presente contrato ou o desvio, por parte do Segundo Outorgante, do montante da comparticipação financeira para o fim a que este se destina implica a devolução do montante transferido, bem como o pagamento de encargos suportados pelo Primeiro Outorgante, para além da responsabilidade financeira e criminal a que haja lugar. O incumprimento injustificado do presente contrato, pelo Segundo Outorgante, constitui impedimento para a atribuição, por parte do Primeiro Outorgante, de novo apoio financeiro ou não financeiro, no período de dois anos.

3. Compete ao Gestor do Contrato do Primeiro Outorgante analisar e determinar, para efeitos do disposto no número anterior, a (in)existência do incumprimento injustificado.

- a) Se, no termo do prazo fixado neste contrato, não tiverem sido apresentados documentos justificativos da aplicação do apoio concedido que comprovem a aplicação da totalidade do valor, o Segundo Outorgante obriga-se a restituir o montante do apoio cuja aplicação não resultar comprovada.
- b) Caso se verifique, pela análise do relatório final, que nem todas as verbas transferidas pelo Primeiro Outorgante foram comprovadamente destinadas a suportar os encargos do projeto, o Segundo Outorgante deverá devolver ao Primeiro Outorgante o valor não documentado, sem prejuízo da responsabilidade financeira e criminal a que haja lugar.

CLÁUSULA 9.ª **Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao Segundo Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias/pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Segundo Outorgante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da Segunda Outorgante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela Segunda Outorgante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pela Segunda Outorgante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Segundo Outorgante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Segundo Outorgante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 10.ª **Causa de Extinção**

1. São causas de extinção do presente contrato:

- a) O decurso do prazo de vigência do contrato;
- b) A impossibilidade definitiva e todas restantes causas de extinção das obrigações reconhecidas pelo direito civil;
- c) A revogação por acordo das partes;
- d) A resolução por decisão do Primeiro Outorgante, nos termos dos artigos 333º a 335º do CCP.

CLÁUSULA 11.ª **Notificações e Comunicações**

1. Todas as notificações e comunicações entre as partes devem ser dirigidas, nos termos do artigo 468.º do CCP, para os seguintes endereços de correio eletrónico:

Primeiro Outorgante – **cultura@cm-braga.pt**

Segundo Outorgante – **bravosdaboaluz@gmail.com**

2. Quaisquer alterações aos citados endereços de correio eletrónico devem ser comunicadas previamente e por escrito à outra parte.



CLÁUSULA 12.ª
Vigência do contrato

O presente contrato produz efeitos no dia seguinte à data da sua assinatura e vigora até 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA 13.ª
Legalidade da Despesa

A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte 05 040701 – GOP 2017/25 –Acc 3 – Apoio a diversas entidades no âmbito cultural, do Orçamento do Município em vigor, em conformidade com a informação de cabimento n.º seq.96692 de 02/07/2025 e informação de compromisso n.º seq.126376 de 02/07/2025.

CLÁUSULA 14.ª
Habilitação

Em cumprimento do disposto no artigo 177.º-B do Código de Procedimento e Processo Tributário e no artigo 213.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social, o Segundo Outorgante apresentou os seguintes documentos comprovativos de que possui a sua situação tributária e contributiva regularizada, que se anexam:

- a) Declaração da situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira;
- b) Declaração da situação regularizada perante a Segurança Social.

CLÁUSULA 15.ª
Gestão do Contrato

Nos termos e para os efeitos do artigo 290.º-A do CCP, é designado como gestor do contrato do Primeiro Outorgante, e seu substituto, em caso de impossibilidade ou impedimento:

Gestor do Contrato

Nome: Mariana Silva

E-mail: mariana.silva@cm-braga.pt

Substituto do Gestor do Contrato

Nome: Marisa Teixeira

E-mail: marisa.teixeira@cm-braga.pt

Unidade orgânica: Departamento de Cultura e Turismo

CLÁUSULA 16.ª
Legislação aplicável

A execução do presente contrato é regulada pelo disposto no Código Regulamentar do Município de Braga, pelo Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

CLÁUSULA 17.ª
Proteção de dados pessoais

1. As partes obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar cumprimento ao disposto na legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril (RGPD) e à legislação nacional de proteção de dados aplicável, em particular, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.
2. As partes comprometem-se a garantir a proteção dos dados pessoais, sendo cada parte responsável pelo tratamento de quaisquer dados pessoais, quer para o cumprimento das finalidades previstas no contrato, quer para o cumprimento das finalidades que se revelem necessárias no âmbito da execução do mesmo, e ainda para o cumprimento de obrigações legais.
3. As partes devem aplicar as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar e poder comprovar que os tratamentos de dados pessoais que sejam necessários são realizados em conformidade com as obrigações de proteção de dados pessoais.
4. O Segundo Outorgante na elaboração e envio para o Município de Braga dos relatórios necessários para aferição do cumprimento das obrigações referentes ao apoio financeiro prestado pelo Município de Braga, está vinculado ao cumprimento do «princípio da minimização dos dados», nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do RGPD, que determina que “os dados pessoais são adequados, pertinentes e limitados às finalidades para os quais são tratados”.

CLÁUSULA 18.ª
Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. Por ser esta a vontade, livremente expressa, pelas Partes Outorgantes, vão elas assinar o presente contrato, exarado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma.

Anexos:

Anexo I – Pedido de Apoio – 2025-E-RC-15739

Anexo II - Declaração AT

Anexo III- Declaração SS

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

Braga, _____ de _____ de 2025